

ESCOLA: _____ DATA: ____/____/____

PROF: _____ TURMA: _____

NOME: _____

A Independência do Brasil: rupturas e permanências

O processo de Independência do Brasil não pode ser compreendido como um evento isolado, mas como o desfecho de uma série de transformações iniciadas com a vinda da Família Real em 1808. O choque entre as demandas das elites locais, que desejavam a manutenção da autonomia administrativa alcançada no Período Joanino, e as exigências das Cortes portuguesas de recolonizar o Brasil, criou um cenário de tensão política insustentável. A decisão de D. Pedro I em permanecer no país e proclamar a independência, em 1822, foi, portanto, uma estratégia para garantir a integridade territorial e a hegemonia da elite agrária, evitando a fragmentação do território em pequenas repúblicas, como ocorreu na América Espanhola.

Entretanto, é fundamental analisar que, embora a ruptura política com Portugal tenha ocorrido, as estruturas sociais e econômicas do Brasil mantiveram profundas continuidades. A manutenção do regime escravocrata e a exclusão das camadas populares do jogo político demonstraram que a independência não representou uma revolução social para a maioria da população. O novo Estado brasileiro nasceu sob o signo da conservação, preservando o latifúndio e a dependência econômica do mercado externo, o que limitou a soberania plena da nação e relegou a cidadania a uma parcela ínfima da sociedade.

A transição para a monarquia, sob a égide do Primeiro Reinado, buscou estabilizar o país através de um governo centralizado e autoritário, consolidado pela Constituição de 1824. Esse ordenamento legal, ao instituir o Poder Moderador, garantiu ao monarca o controle sobre as decisões políticas, sufocando movimentos rebeldes que surgiam nas províncias em busca de maior autonomia. Assim, o nascimento do Brasil como nação independente foi um processo complexo de negociação política, onde a elite conservadora conseguiu conciliar a soberania nacional com a preservação de seus interesses aristocráticos.

Questões

1) Quais foram os principais motivos que levaram ao rompimento político entre Brasil e Portugal em 1822?

R: As tentativas das Cortes portuguesas de recolonizar o Brasil e o descontentamento das elites locais com a perda da autonomia administrativa.

2) Como a decisão de proclamar a independência ajudou a evitar a fragmentação do território brasileiro?

R: Ao manter a monarquia e um governo centralizado, o Brasil evitou as guerras civis e a divisão territorial que ocorreram na América Espanhola.

3) O texto menciona que, apesar da independência política, houve "profundas continuidades". Quais são essas continuidades?

R: A manutenção do sistema escravocrata, a exclusão popular da política e a preservação do latifúndio como base econômica.

4) De que maneira a Constituição de 1824 garantiu o poder centralizado na figura do monarca?

R: A Constituição instituiu o Poder Moderador, que concedia ao imperador o controle sobre os demais poderes e as decisões do Estado.

5) Explique por que a independência brasileira pode ser considerada uma "ruptura conservadora".

R: Porque buscou a autonomia política em relação a Portugal, mantendo, porém, a estrutura social e econômica da colônia, sem promover mudanças para as classes populares.